

ATA N.º 18 (REUNIÃO PÚBLICA)

ooxxxoo

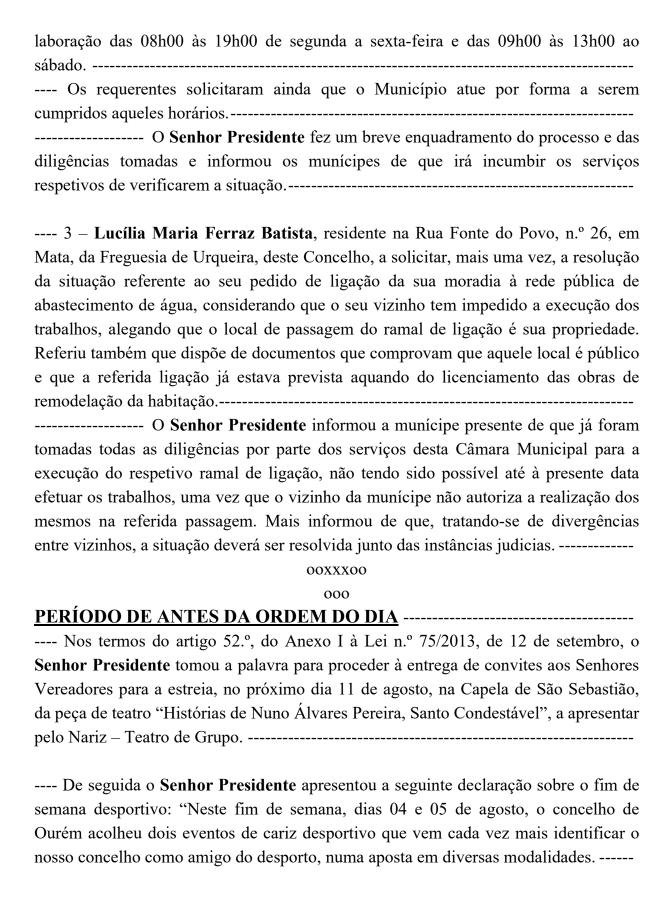
000

000 000

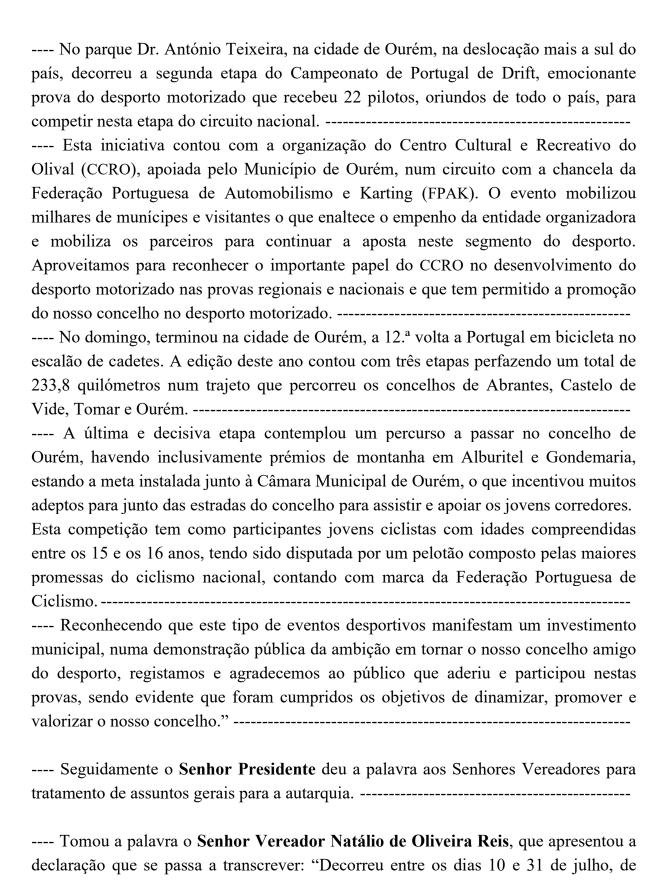
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

---- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:-------- 1 – **Ana Carolina Ferreira Reis**, residente na Rua das Quintas, n.º 13, em Alcaidaria, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, convocada pelo Senhor Presidente para receber o Prémio Jovem Universitário", atribuído por deliberação de 01 de julho de 2019.------

---- 2 – Frederico Oliveira Soares e Joaquim António Martins Soares, residentes na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 12, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a reclamarem, mais uma vez, do ruído provocado pelo funcionamento da firma Sociedade Industrial Móveis Vilarense, Limitada, com sede naquela localidade, considerando que a mesma não está a cumprir com os horários estabelecidos por esta Câmara Municipal, que determinou a sua





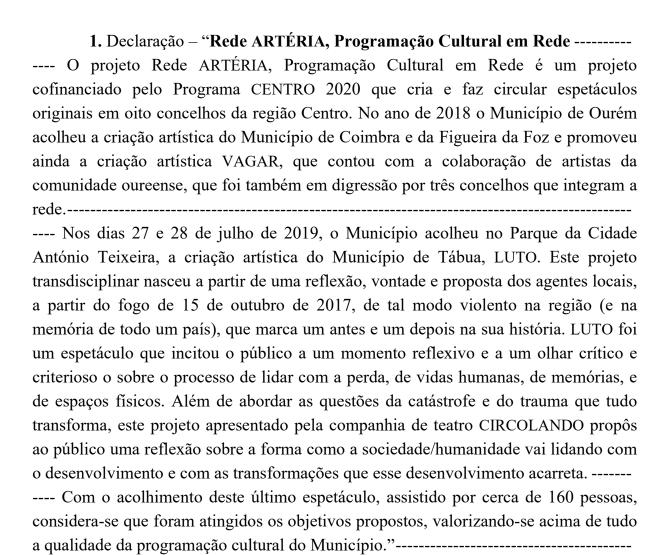




2019 mais um "Passeio Sénior" do nosso concelho, que envolveu um total de 2500 pessoas, desta vez o destino escolhido foi a zona Oeste. --------- A partida que se fazia por volta das 09 horas da manhã, tinha como primeiro destino a visita à fábrica/loja do Pão de Alfezeirão. Era ocasião propicia para aí se provar esta deliciosa iguaria típica da doçaria tradicional Portuguesa. Daqui seguia-se para a Cidade das Caldas da Rainha onde se visitava o Centro de Artes e o Museu da Cerâmica. 12h30m era normalmente a hora de chegada para o sempre ansiado almoço e aqui quem levava farnel almoçava no Parque D. Carlos I, desta Cidade, quem não levava almoço tinha um restaurante como destino, por volta das 14h30m todos se reuniam nas sombras deste frondoso parque e aí imperava a animação. Era a altura de se ouvirem os sons dos belos acordéons ou concertinas e dar o seu pé de dança. Uns aproveitavam para dançar, outros jogar às cartas, outros ainda conversavam, outros ainda passavam o seu tempo em amena cavaqueira, havendo ainda algumas pessoas que passavam esse tempo visitando as belas ruas dessa cidade, apreciar as louças tão típicas da faiança aqui produzida, ou não fosse, Bordallo Pinheiro uma referência. --------- Às 17horas iniciava-se o regresso e o que mais se ouvia entre todos, era de que "para a semana podia haver outro", sinal de que a satisfação era evidente, mas os rostos destas pessoas que tanto merecem não enganavam. Foi, pois, muito bom, ter assistido a estes convívios, termos visto a alegria, amizade e o convívio reforçado entre vizinhos e amigos. --------- Numa referência também especial, não podemos deixar de agradecer à Divisão de Educação, Ação Social e Saúde do Município, Presidentes de Junta de Freguesia e colaboradores dessas mesma juntas e motoristas por todo o empenho, colaboração, disponibilidade e carinho que colocaram nesta organização. --------- Um agradecimento muito especial ao Município das Caldas da Rainha pela disponibilidade demonstrada e à Junta de Freguesia desta Cidade que nos forneceu a logística de mesas e cadeiras o que em muito facilitou a nossa tarefa.--------- Por norma a chegada a Ourém acontecia por volta das 19h30m e com satisfação registamos que tudo correu sem qualquer tipo de problema ou contratempo.--------- Agora é preparar o próximo que é em 2020."--------- O Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis tomou a palavra para sugerir que no próximo programa do "Passeio Sénior", o Município promova campanhas de sensibilização associadas, por exemplo, aos incêndios e de alerta para casos de burla. -

---- De seguida tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentou os seguintes documentos:-----



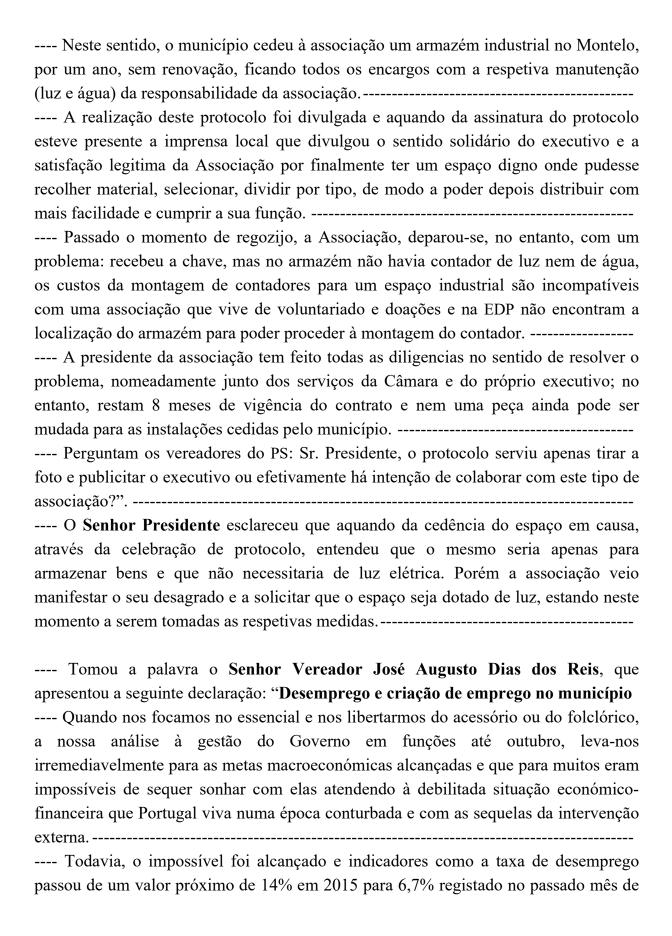




elenco: Rúben Pereira, Luís Freire, Tiago Alves, José Quartau, Afonso Sousa, Dora

Conde, Tatiana Pedro, Mariana Fonseca, Sónia Costa, Micaela Gil e Gonçalo Cardoso. ---- A iniciativa sucede a um conjunto de outras ações dedicadas a D. Nuno Álvares Pereira, onde se inclui a exposição patente desde o dia 24 de junho no auditório cultural dos Paços do Concelho. --------- O Município de Ourém propõe um voto de congratulação por esta iniciativa, realçando: o brilhantismo da sua encenação e interpretação; a narrativa histórica e a importância da mensagem transmitidas, que contribuíram para valorizar a dimensão coletiva da história de Ourém e dos Oureenses; e a forte adesão do público que assistiu a este espetáculo itinerante, que contribuiu para a dinamização de vários espaços do centro da cidade."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE CONGRATULAÇÃO. ---------- A Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo apresentou as declarações que se passam a transcrever: ------1. "ACISO---------- Os vereadores do PS felicitam os novos órgãos sociais da ACISO eleitos recentemente em reunião da Assembleia Geral para o triénio de 2019 – 2022.--------- Esta associação, de uma importância única no desenvolvimento económico no concelho de Ourém, tem sabido adaptar-se ao longo de décadas a todas as transformações e mudanças sociais e locais, mantendo uma energia, capacidade de dinamização e promoção do tecido empresarial do concelho únicas. ---------- A esta nova direção, presidida pela Dra. Purificação Pereira Reis, desejamos as maiores venturas no sentido de manter viva e fortalecer o sentido e os propósitos da associação no enriquecimento e desenvolvimento do nosso concelho."-----2. "ASSOCIAÇÃO DE MÃOS UNIDAS COM MARIA --------- No passado dia 13 de junho de 2019 o Município celebrou um protocolo com a Associação de Mãos Unidas com Maria, uma organização sem fins lucrativos, que trabalha apenas com voluntários e que se destina a recolher materiais para doação aos mais desfavorecidos, no concelho, no país e em países africanos, nomeadamente Moçambique. --------- Esse protocolo, teve por fim a cedência de um espaço onde a associação pudesse organizar a enorme quantidade de materiais que lhe são doados e que neste momento estão distribuídos e atafulhados em diversos espaços cedidos por particulares. -----

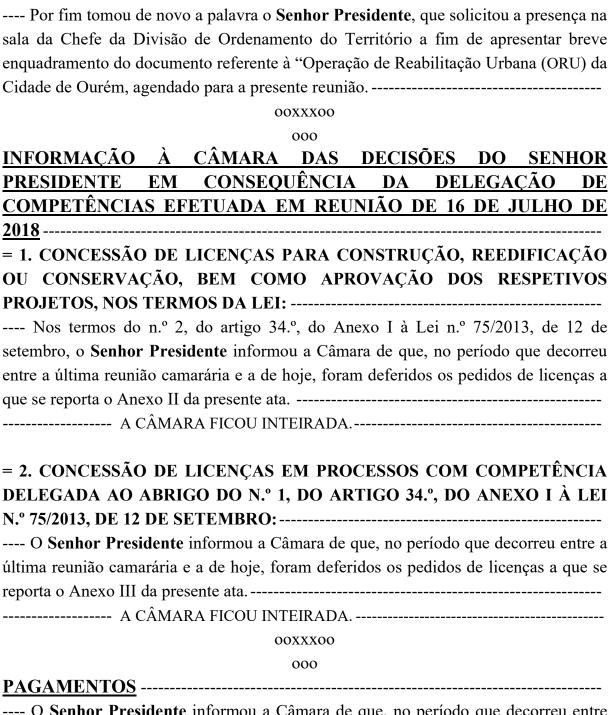




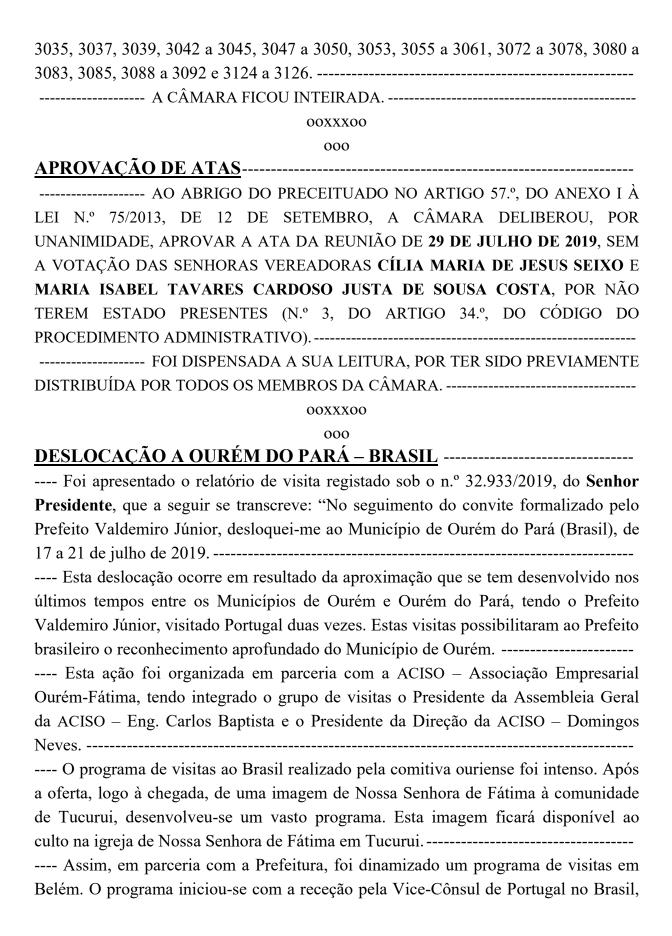


junho. Esta evolução foi possível num contexto de total controlo das finanças públicas, refletindo-se em défices orçamentais marginais, com tendência a serem alcançados proximamente superavits. Esta combinação de resultados ainda é mais relevante, pois a criação do emprego foi feito por conta dos mecanismos naturais da dinâmica da Economia e não à custa da intervenção do Estado com recurso a maior endividamento para criar mais postos de trabalho. ---------- Relativamente ao nosso município, é com elevado regozijo que podemos ver a evolução da taxa de desemprego com tendência idêntica ou mesmo melhor do que a média nacional. De acordo com os últimos dados sobre o desemprego (junho 2019), estavam registados no IEFP 569 oureenses, o que nos leva para uma taxa de desemprego muito marginal e seguramente abaixo da chamada taxa de desemprego natural. Trata-se de um desígnio alcançado pelas empresas e organizações de Ourém muito assinalável e que muito nos deve orgulhar. Todavia uma taxa de desemprego muito baixa e como já dito, abaixo da Taxa de desemprego natural, torna-se uma ameaça para o desenvolvimento das estruturas empresarias do Concelho. Neste capítulo aconselha-se a tomada rápida de opções estratégicas que visam o aumento da população do concelho. --------- O executivo pode alegar que as estratégias para esta aumento estão a ser tomadas, dando como exemplo as políticas de natalidade que foram implementadas. Contudo, julgamos que não são políticas onde se prevê apenas a transferência líquida de subsídios sem qualquer integração com outras de apoio à família como temos vindo a defender, são resposta. O executivo pode ainda alegar a estratégia seguida pelo novo PDM que de acordo com o próprio é previsto o aumento para o dobro da população do concelho, contudo, tratam-se de políticas de longo prazo cujo sucesso não estará minimamente garantido e como prova disso era o também previsível aumento da população prevista no PDM atualmente em vigor e o que se viu, foi precisamente o contrário, isto é o número de habitantes reduziu-se neste período. --------- Toda esta análise remete-nos para o Verão de 2017 em pleno fervor da campanha autárquica em que a coligação Ourém Sempre prometia a criação de 3.000 postos de trabalho. Os slogans são fáceis de fazer mas devemo-nos responsabilizar pelo o alcance das nossas promessas eleitorais pois os eleitores hoje são pessoas muito mais esclarecidas pelo que importa cobrar e perguntar pelos 3.000 postos de trabalho: onde? Como? Quando? --------- Quando? Tem resposta fácil – até outubro de 2021!!!". -----





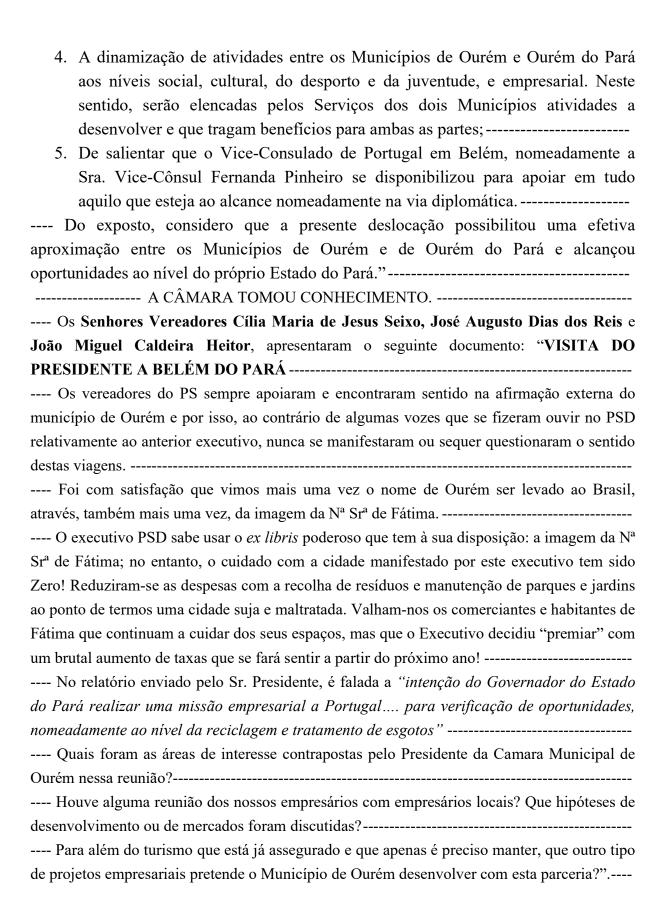
---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 30 de julho findo e 02 de agosto em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 390.270,43€: 2568, 2685, 2688, 2689, 2721, 2727, 2819, 2850, 2855, 2859, 2869 a 2871, 2873, 2874, 2876 a 2879, 2886 a 2918, 2922 a 2963, 2986, 2987, 3007, 3008, 3014, 3015, 3022, 3023, 3032, 3034,

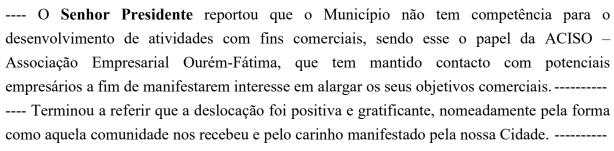




- 3. A deslocação, no próximo de mês de março, de uma Comitiva de Ourém do Pará a Portugal para assinatura de um acordo de cooperação com o Município de Ourém; ------

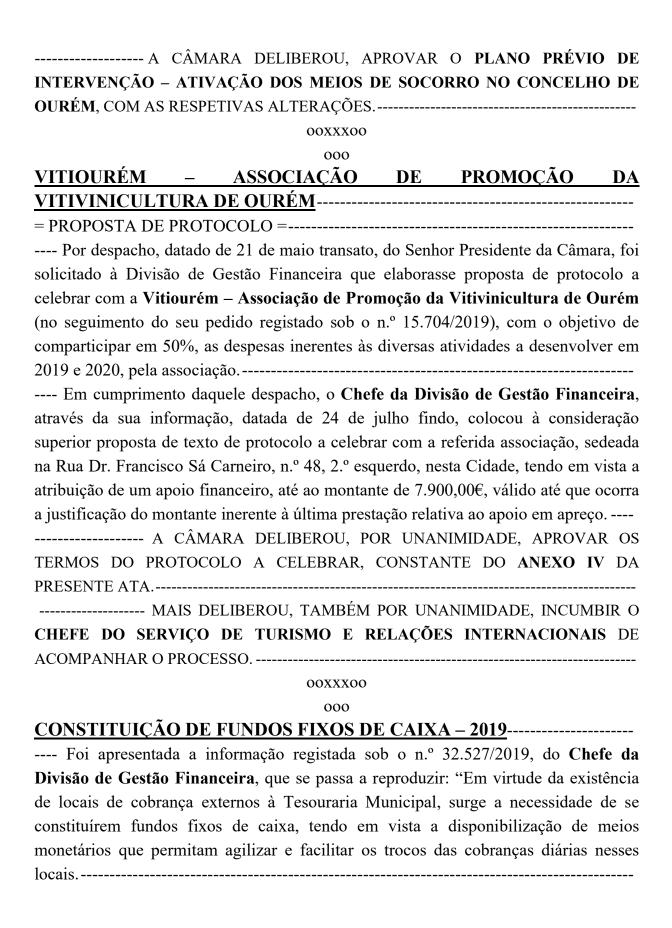




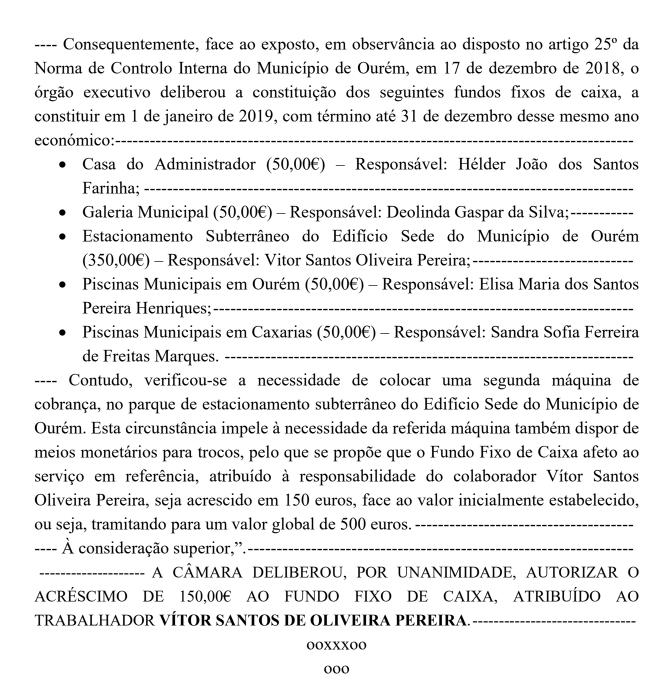


ooxxxoo 000 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO --------- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 32.452/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de Hélder Henriques das Neves, para proceder à plantação de pinheiros-bravos, numa extensão de 0,07 hectares, no sítio de Vale da Domingas, no lugar de Ladeira do Fárrio, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho.--------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre o pedido, prestou a informação registada sob o n.º 32.744/2019, a anexar o seu parecer favorável, de referência 12/RJAAR/2019. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. -----ooxxxoo 000 PLANO PRÉVIO DE INTERVENÇÃO -----



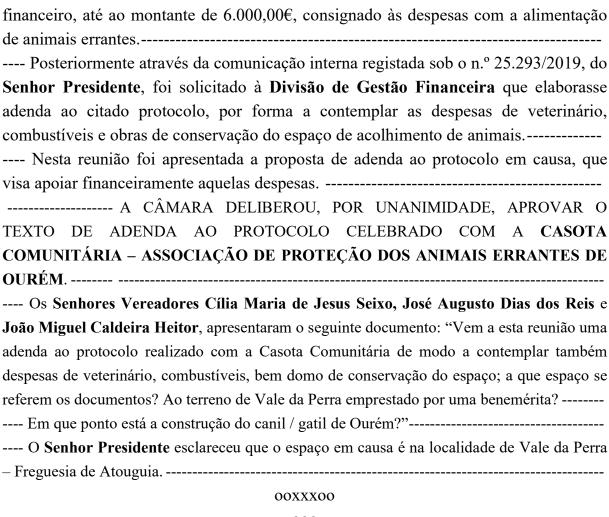






PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A CASOTA COMUNITÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS ERRANTES DE OURÉM ------

---- Na reunião de 06 de maio de 2019, a Câmara deliberou aprovar os termos do protocolo (então elaborado pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira), a celebrar com a Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém (sedeada no edifício da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Tacoaria, da Freguesia de Seiça, deste Concelho), com vista à atribuição de um apoio



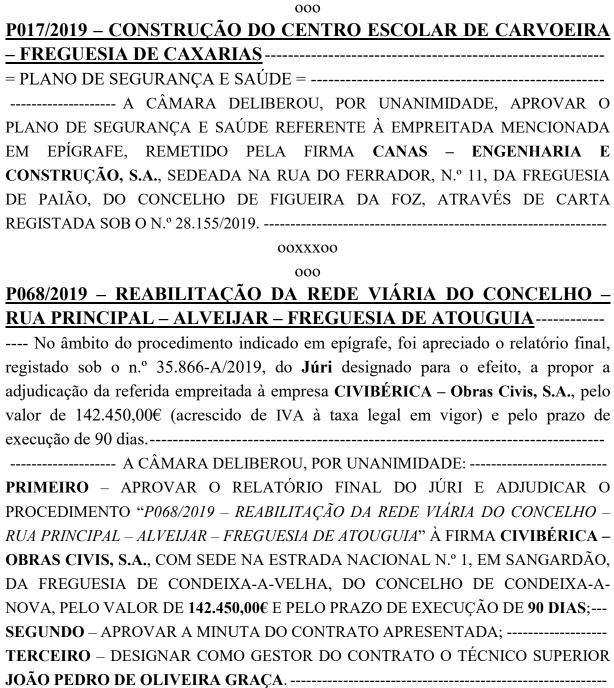
<u>ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E</u> OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM -----

---- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, através da sua informação registada sob o n.º 32.600/2019, propôs alteração ao regulamento indicado em epígrafe, tendo em vista a sua adequação às alterações legislativas e regulamentares, entretanto ocorridas e em curso e a consequente autorização para o início do procedimento de alteração, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----**PRIMEIRO** – AUTORIZAR O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO "REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM", PROMOVENDO A SUA PUBLICITAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 98.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;---



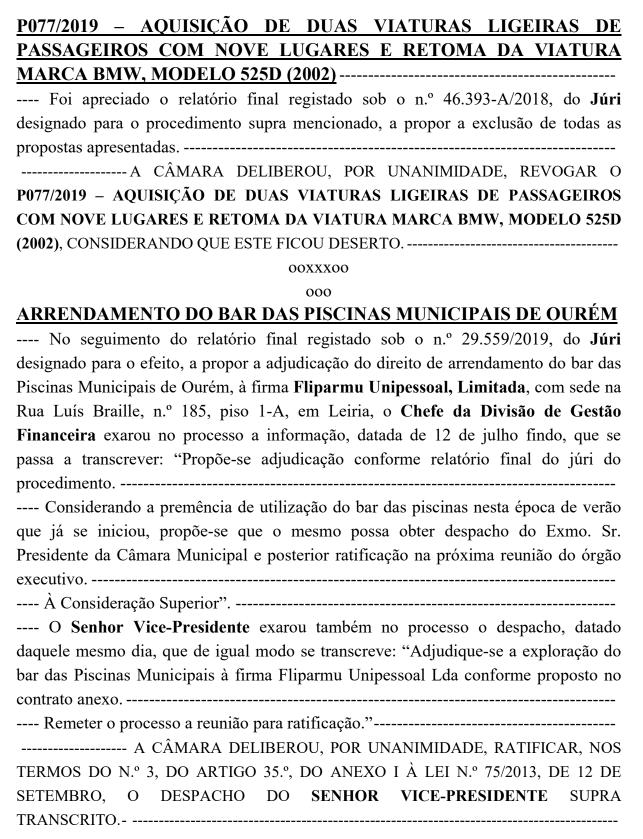
SEGUNDO – ESTABELECER O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, PARA A CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CITADO REGULAMENTO. ------

ooxxxoo



ooxxxoo



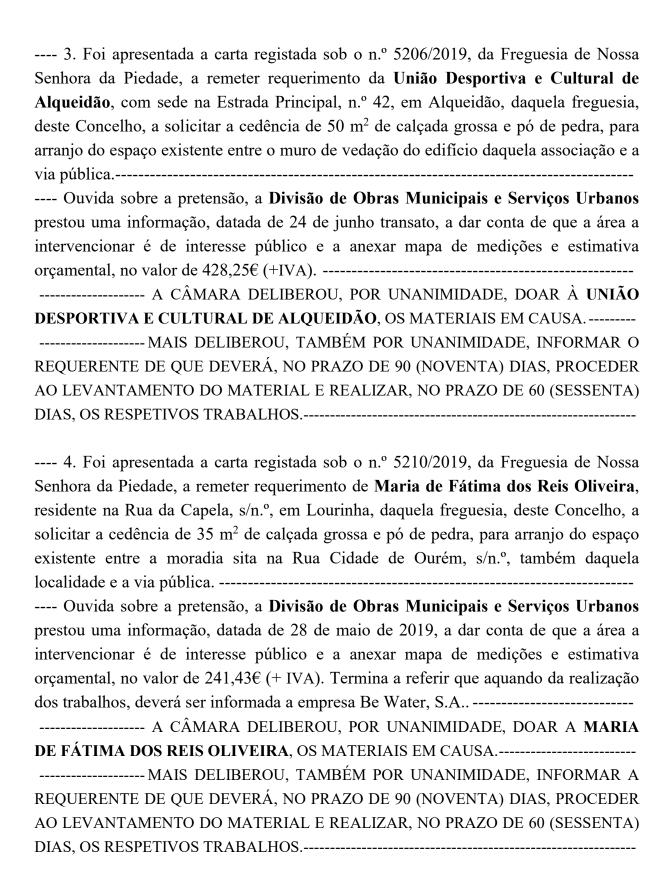




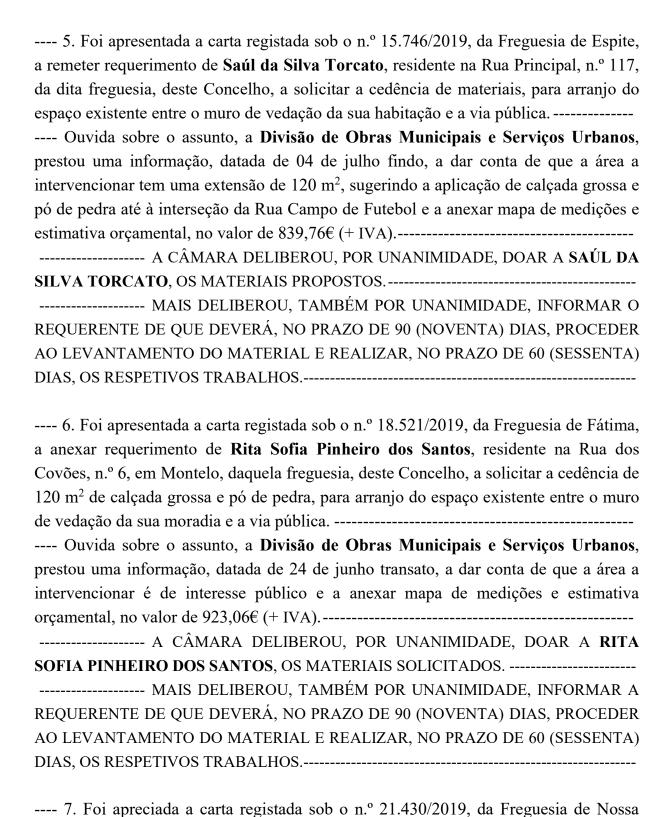
PEDIDOS DE MATERIAIS --------- 1. Foi apreciada a carta registada sob o n.º 17.634/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a remeter requerimento de António Manuel de Freitas Costa, residente na Rua dos Olivais, n.º 1, em Casal dos Abades, daquela união de freguesias, deste Concelho, a solicitar a cedência de 253 m² de calçada grossa, pó de pedra, tout-venant e manilhas, para arranjo da berma em frente à sua moradia. --------- Ouvida sobre a pretensão, a Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos prestou uma informação, datada de 08 de maio transato, a deixar à consideração superior duas opções para o arranjo da berma e valeta em causa: ------- Em betão - 1.289,80€; -----– Em calçada grossa – 1.967,00€. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DOAR A ANTÓNIO MANUEL DE FREITAS COSTA, OS MATERIAIS CORRESPONDENTES À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS EM BETÃO. ---------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, INFORMAR O REQUERENTE DE QUE DEVERÁ, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, PROCEDER AO LEVANTAMENTO DO MATERIAL E REALIZAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, OS RESPETIVOS TRABALHOS.--------- 2. Foi apreciada a carta registada sob o n.º 5194/2019, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a remeter requerimento de Jorge Manuel dos Reis Sousa, residente na Estrada da Mata, n.º 48, em Casais da Caridade, daquela freguesia, deste Concelho, a solicitar a cedência de materiais, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua moradia e a via pública, numa extensão de 100 m².--------- Ouvida sobre a pretensão, a Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos prestou uma informação, datada de 16 de maio último, a dar conta de que a área a intervencionar é de interesse público e a anexar mapa de medições e estimativa orçamental, no valor de 767,00€ (+IVA). ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DOAR A **JORGE** MANUEL DOS REIS SOUSA, OS MATERIAIS EM CAUSA.---------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, INFORMAR O REQUERENTE DE QUE DEVERÁ, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, PROCEDER AO LEVANTAMENTO DO MATERIAL E REALIZAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA)

DIAS, OS RESPETIVOS TRABALHOS.-----

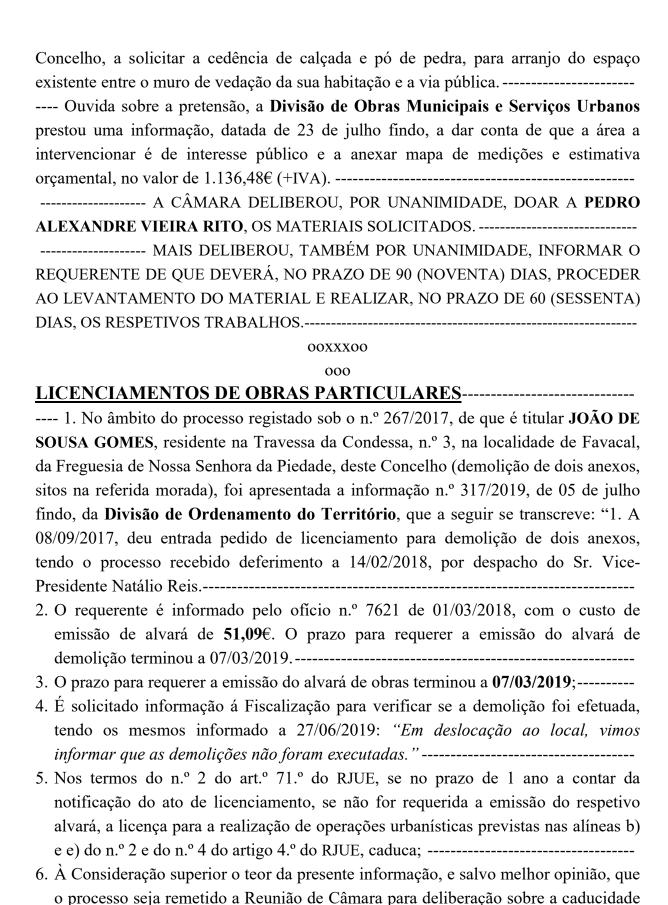




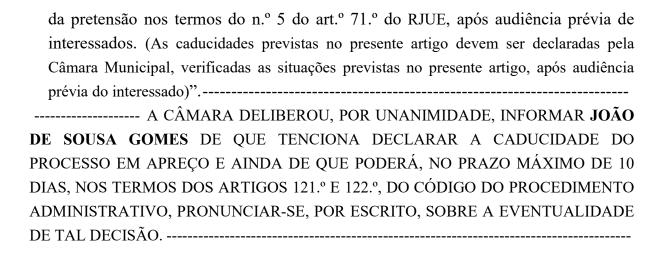




Senhora da Piedade, a anexar requerimento de **Pedro Alexandre Vieira Rito**, residente na Estrada da Mata, n.º 29, em Mata da Caridade, daquela freguesia, deste

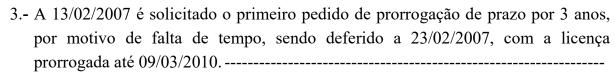






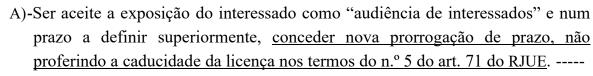
- 2.- O pedido de licenciamento para construção de edificio habitacional multifamiliar e comercial foi apresentado a 13/07/2001 por José Rosário Pereira, tendo sido deferido a 06/02/2003 por despacho do Exmo. Sr. Presidente David Catarino. A 08/03/2004 é emitida a licença n.º 150/2004 com prazo de 36 meses e validade até 09/03/2007.





- 5.- A 14/01/2019 é apresentado pedido de averbamento de novo requerente para Greyfolder Sociedade Imobiliária, Lda, sendo deferido a 07/02/2019 por despacho do Sr. Vice-Presidente Natálio Reis. ------
- 6.- A 29/01/2019, a Greyfolder solicita uma prorrogação excecional de prazo para concluir a obra. Por deliberação de Câmara de 04/02/2019, foi concedido prorrogação de prazo por 6 meses, tendo a requerente pago o valor de 1630,85€ a 06/03/2019, sendo a licença prorrogada até 05/08/2019. -----
- 7.- A 02/05/2019, foi apresentado pedido de licenciamento para alterações no decorrer da obra ao abrigo do art.º 83 do RJUE, encontrando-se o mesmo em tramitação. ---
- 9.- O prazo da licença expira a **05/08/2019**; -----
- 11. Deixa-se à Consideração superior o teor da presente informação, e salvo melhor opinião, que o processo seja remetido a Reunião de Câmara para deliberação sobre uma de duas situações: -------





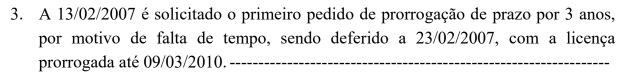
- Informação, datada também de 24 de julho findo, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis, a propor que seja concedida uma prorrogação de prazo, por seis meses.

------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER À FIRMA **GREYFOLDER** – **SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LIMITADA**, A PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR SEIS MESES, DEVENDO O CÁLCULO DAS TAXAS SER CONTABILIZADO PELO VALOR DA 2.ª PRORROGAÇÃO.------

seguintes documentos: ------

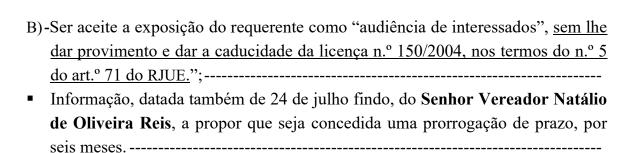
- Informação n.º 322/19, de 24 de julho findo, da **Divisão de Ordenamento do Território**, que se passa a transcrever: "1. A 17/07/2019, o requente acima identificado apresentou pedido de prorrogação para a licença n.º 149/2004. -----





- 5. A 14/01/2019 é apresentado pedido de averbamento de novo requerente para Greyfolder Sociedade Imobiliária, Lda, sendo deferido a 08/02/2019 por despacho do Sr. Vice-Presidente Natálio Reis. -----
- 6. <u>A 30/01/2019, a Greyfolder solicita uma prorrogação excecional de prazo para concluir a obra. Por deliberação de Câmara de 04/02/2019, foi concedido prorrogação de prazo por 6 meses, tendo a requerente pago o valor de 1489,73€ a 06/03/2019, sendo a licença prorrogada até 05/08/2019.</u> ------
- 8. O prazo da licença expira a **05/08/2019**; ------
- 10. Deixa-se à Consideração superior o teor da presente informação, e salvo melhor opinião, que o processo seja remetido a Reunião de Câmara para deliberação sobre uma de duas situações: ------
 - A)-Ser aceite a exposição do interessado como "audiência de interessados" e num prazo a definir superiormente, conceder nova prorrogação de prazo, não proferindo a caducidade da licença nos termos do n.º 5 do art. 71 do RJUE. ----

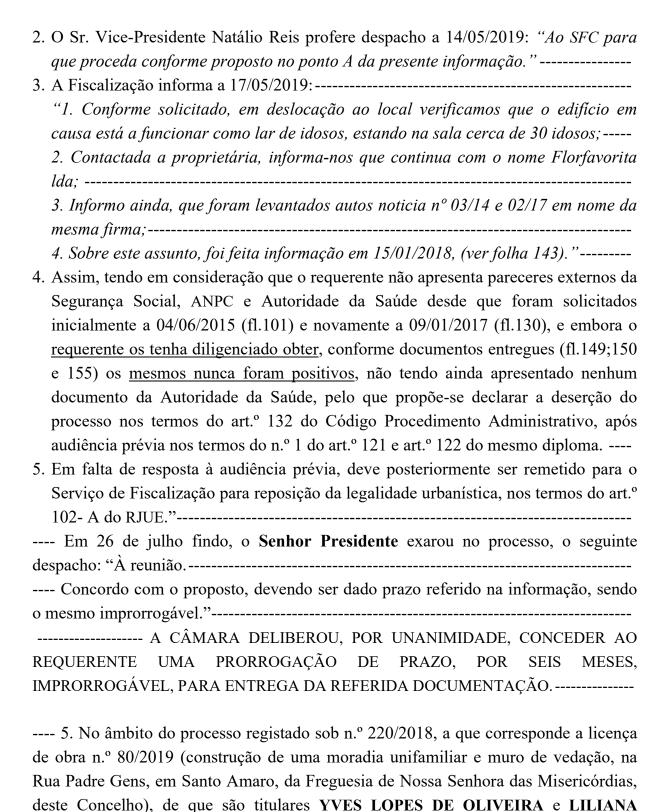




------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER À FIRMA **GREYFOLDER** – **SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LIMITADA**, A PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR SEIS MESES, DEVENDO O CÁLCULO DAS TAXAS SER CONTABILIZADO PELO VALOR DA 2.ª PRORROGAÇÃO.------

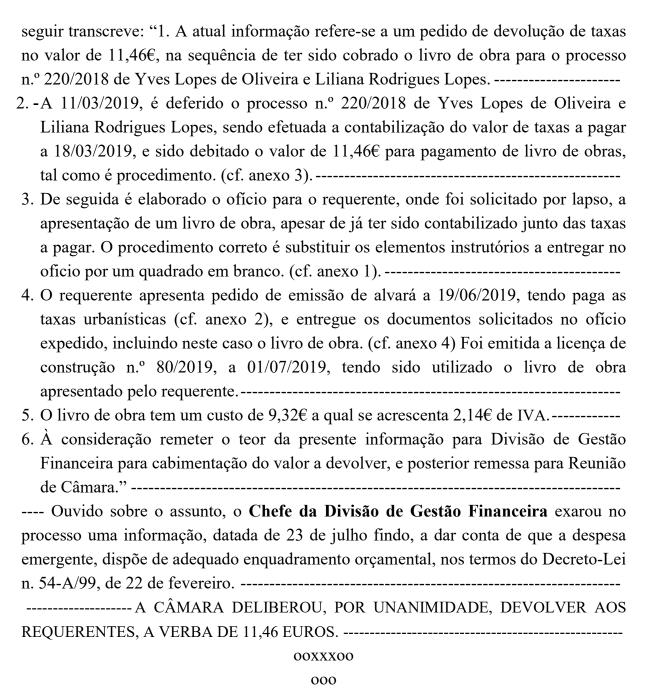
- ---- 4. No âmbito do processo registado sob n.º 40/2015 (alteração de uma casa de hospedes para casa de repouso, sita na Avenida dos Pastorinhos, em Fátima, deste Concelho), de que é titular **MÁRIO MARTO DAS NEVES**, residente na Rua Dr. Felizardo Prezado Santos, n.º 22, em Quinta do Seixal Leiria, foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 677/2019, do titular do processo, a solicitar a prorrogação de prazo, para entrega do parecer da ANPC Autoridade Nacional da Proteção Civil. ------
- - b)-Conceder um prazo elevado (+240 dias), para que o requerente entregue todos os pareceres necessários, nomeadamente da ANPC, Segurança Social e Autoridade da Saúde, já que até a esta data não entregou nenhum. No fim desse prazo, o processo será arquivado por deserção nos termos do art.º 132 do Código de Procedimento Administrativo, e remetido para o Serviço de Fiscalização para reposição da legalidade urbanística.------





RODRIGUES LOPES, residentes na Estrada de Fátima, n.º 1016, em Murtal, da Freguesia de Atouguia, também deste Concelho, foi apresentada a informação, registada sob o n.º 31.409/2019, da **Divisão de Ordenamento do Território**, que a





OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA CIDADE DE OURÉM -----

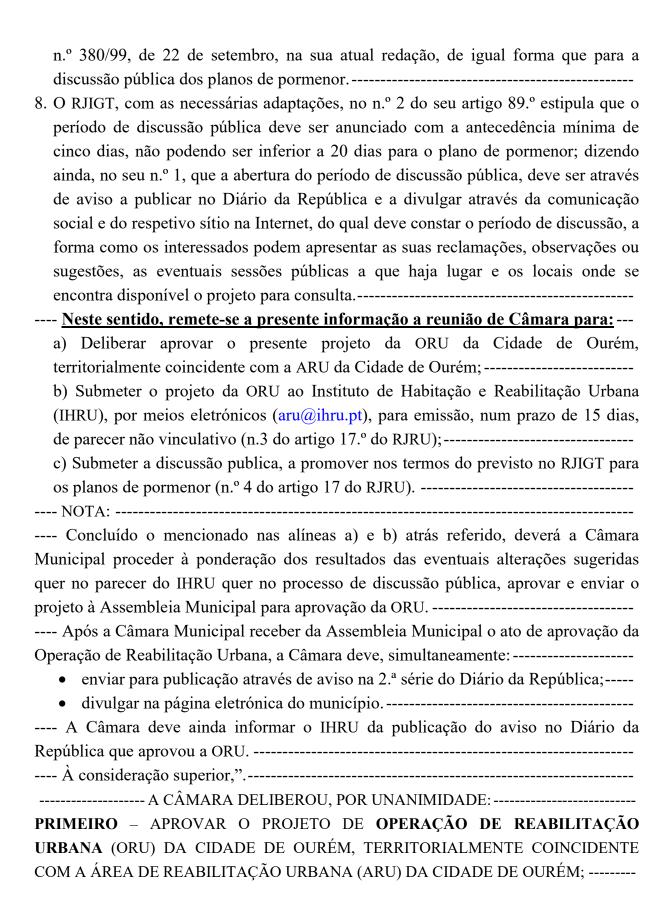
---- No seguimento da elaboração da **Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Ourém**, pela firma H. LAND — Consultores em Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação e Ambiente, Limitada (sedeada na Rua da Santana, n.º 24 — Porto), foi apresentada a informação registada sob o n.º 32.891/2019, da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território**, que se passa a transcrever: "1. A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) surge, e conforme alínea b)



- 2. A delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ourém, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Ourém, sob proposta da Câmara Municipal de Ourém, em reunião ordinária de 23 de dezembro de 2015, tendo sido publicada em Diário da República, 2.ª série N.º 71 de 12 de abril de 2016, sob o aviso n.º 4859/2016. ------
- 4. A aprovação da delimitação da ARU caduca, se, no prazo de 3 anos, não for aprovada a correspondente ORU, conforme artigo referido no 15.º do RJRU. ------

- 7. Em simultâneo, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo atrás referido, é este projeto de ORU submetido a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei





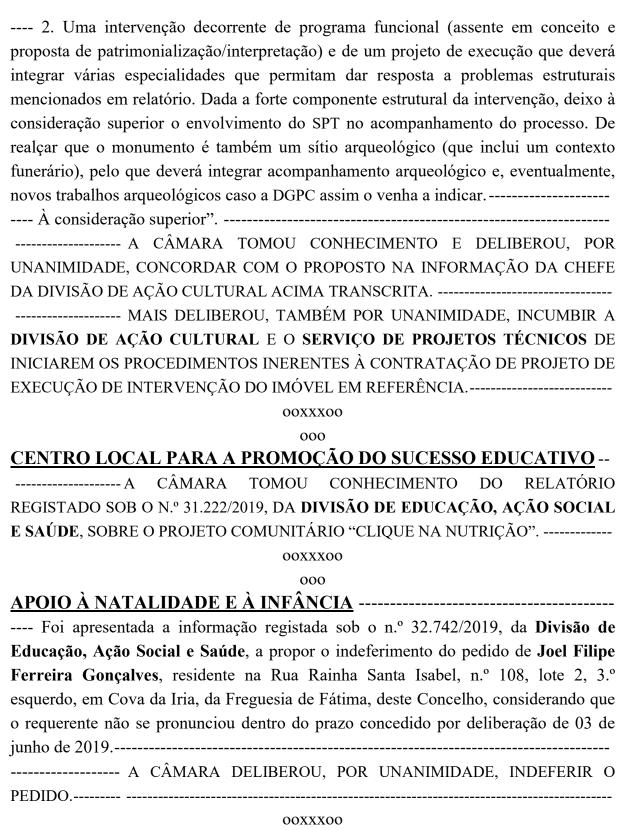


000

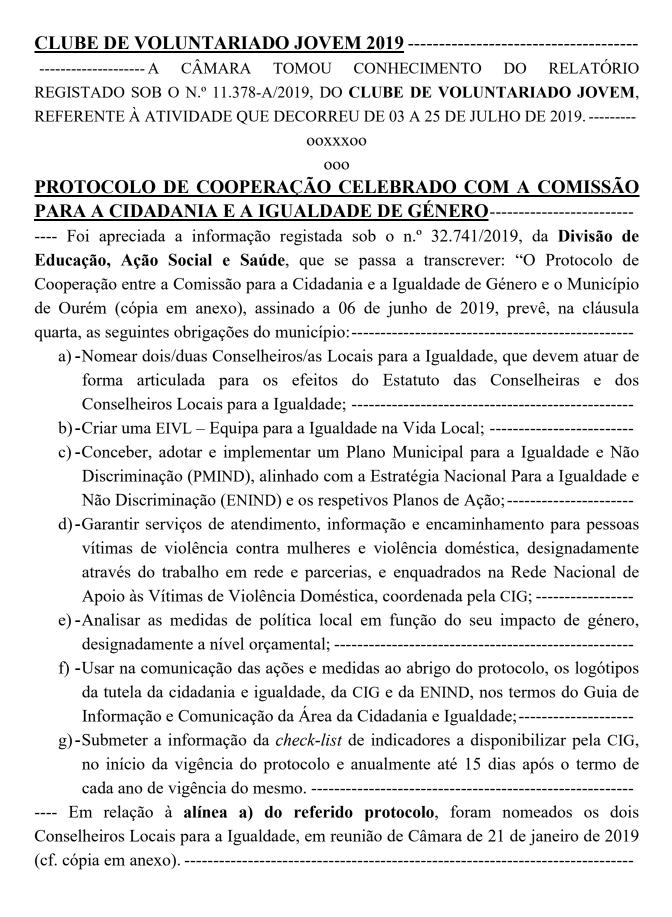
CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO - FREGUESIA DE ATOUGUIA -OURÉM --------- Foi apreciado o relatório de inspeção e diagnóstico registado sob o n.º 32.048-A/2019, da firma GEPECTROFA – Gabinete de Estudos e Projetos de Engenharia Civil da Trofa, Limitada, com sede na Rua Joaquim da Costa Azevedo, n.º 12, em Trofa, instruído com a informação, datada de 26 do mês findo, da Chefe da Divisão de Ação Cultural, que se reproduz na íntegra: "Senhor Presidente, dada a ausência da Senhora Vereadora Isabel Costa por motivo de férias, encaminho para com conhecimento, apreciação e decisão, em Reunião de Câmara se for do entendimento superior, sobre o Relatório de Inspeção e Diagnóstico da Capela de São Sebastião, Atouguia.--------- O documento apresenta uma estrutura consistente e sustentada em conhecimento técnico subscrito por especialistas de reconhecido mérito, coordenados pelo Professor Doutor Aníbal Costa. Beneficia de pesquisa e levantamentos realizados anteriormente (como pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e campanha arqueológica). Reúne um levantamento detalhado e rigoroso das patologias identificadas no imóvel e apresenta recomendações de intervenção com caráter de urgência. Na pág. 20 na planta da cobertura 02/02, junto de algumas das imagens, onde é referido o granito como material constituinte, deve ler-se calcário. --------- Face ao exposto, salvo melhor opinião, crê-se que a condução dos trabalhos poderá decorrer em dois ritmos: ------

---- 1. Uma intervenção imediata que contempla os três primeiros pontos propostos, designadamente o combate do crescimento das árvores e demais vegetação que promove o crescimento de raízes no interior das abóbadas e paredes, bem como a aplicação das pregagens.------







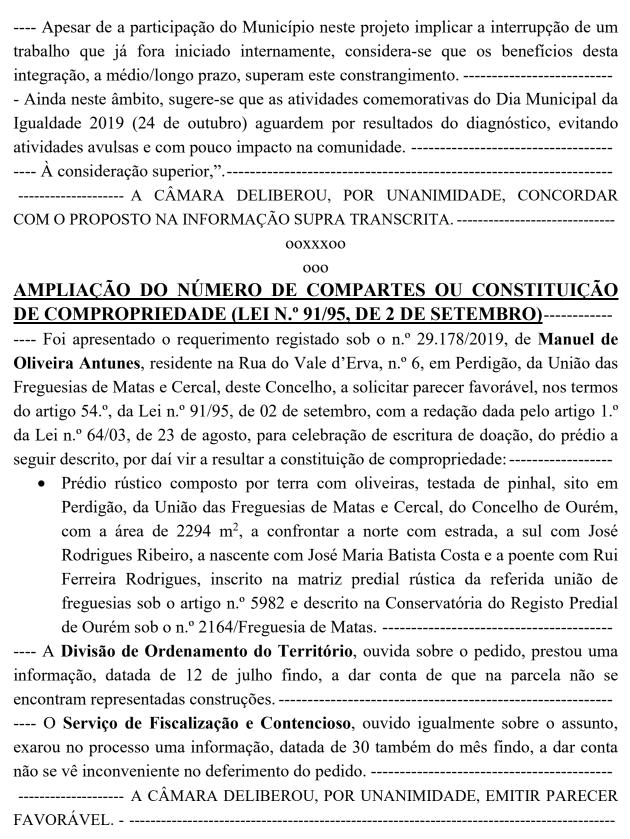




Informamos que, de acordo com o artigo 3.º da Resolução do Conselho de
Ministros n. °39/2010, de 25 de maio de 2010 (em anexo), cabe às conselheiras e aos
conselheiros locais para a igualdade:
a)-Acompanhar e dinamizar a execução das medidas de política local na
perspetiva de género;
b)-Acompanhar e dinamizar a implementação das medidas previstas nas
estratégias locais de promoção da igualdade, nomeadamente o Plano
Municipal para a Igualdade, e de prevenção da violência doméstica e outras
formas de discriminação;
c)-Pronunciar-se, quando consultados, relativamente ao impacto de medidas de
natureza administrativa, regulamentar ou outras que o município pretenda
prosseguir nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da
igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade,
da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres,
do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;
d)-Apresentar propostas concretas de ação, nos domínios referidos na alínea
anterior;
e)-Divulgar informações sobre igualdade de género, designadamente nos
domínios da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da
proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional,
pessoal e familiar de homens e mulheres, e do combate à violência doméstica e
outras formas de discriminação;
f) -Participar no fórum anual das conselheiras e dos conselheiros locais para a
igualdade;
g)-Assegurar a cooperação do município com a Comissão para a Cidadania e
Igualdade de Género"
Conforme artigo 6.º do mesmo diploma legal, o apoio técnico e logístico adequado
ao exercício de funções pelas conselheiras e pelos conselheiros locais para a igualdade
é assegurado pelo município
No que concerne à alínea b) do Protocolo , foi criada Equipa para a Igualdade na
Vida Local (EIVL), tendo os elementos que a compõem sido nomeados, em reunião de
Câmara de 21 de janeiro de 2019 (cópia em anexo). Conforme nomeação, integram
esta equipa: o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; os Exmos. Srs.
Conselheiros Locais para a Igualdade (conselheiro interno e conselheira externa); três
elementos com reconhecida competência técnica e/ou especialização nas áreas de

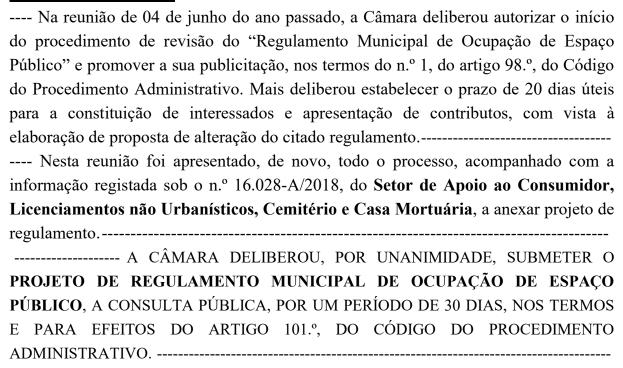
intervenção do protocolo, a designar pela CIG; e, caso o Exmo. Sr. Presidente o entenda, até 4 elementos da Assembleia Municipal.--------- Contudo, após uma análise atenta da dimensão interna do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, prevista no n.º 4 da Cláusula sexta do referido Protocolo, entende-se que deveria ser incluído nesta equipa o dirigente da área dos recursos humanos, conforme exarado na alínea c) do n. º2 da Cláusula quinta. ---------- Quanto à alínea c) do protocolo, informamos que, para o desenvolvimento do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género, foram elaborados três questionários distintos, dirigidos, respetivamente:------ aos colaboradores do município;------- ao executivo e dirigentes do município; ------- aos parceiros locais. ---------- Alguns questionários foram respondidos, ainda que em número reduzido e com fraca adesão dos parceiros locais, tendo sido efetuado o tratamento estatístico. Seguirse-ia a análise dos resultados e a consequente elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género.--------- Contudo, conforme correio eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de 16 de julho de 2019 (em anexo), foi submetida a Candidatura Médio Tejo em Igualdade, que prevê desenvolver os 14 diagnósticos de práticas e perceções de igualdade de género, o plano intermunicipal para a igualdade de género e os 13 planos municipais para a igualdade de género.--------- Assim sendo, entende-se que, caso esta candidatura seja aprovada, o Município de Ourém deveria estar incluído nestes trabalhos, uniformizando as metodologias e instrumentos de avaliação e o desenvolvimento dos Planos Municipais para a Igualdade de Género, ao nível do Médio Tejo. --------- Em relação à alínea d) do Protocolo, os serviços são garantidos pela Equipa da Estrutura de Atendimento à Vítima de Ourém (NAV), à qual estão afetos 5 técnicos da DEASS, a tempo parcial. --------- Tendo em conta o exposto, coloca-se à consideração superior o seguinte: ------ A integração do dirigente da área dos recursos humanos na Equipa para a Igualdade na Vida Local;------ A participação do Município de Ourém no Projeto Médio Tejo em Igualdade, caso a candidatura seja aprovada, tendo como objetivo a promoção e adoção de uma política de igualdade de género na região do Médio Tejo. ------







REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO-----



ooxxxoo

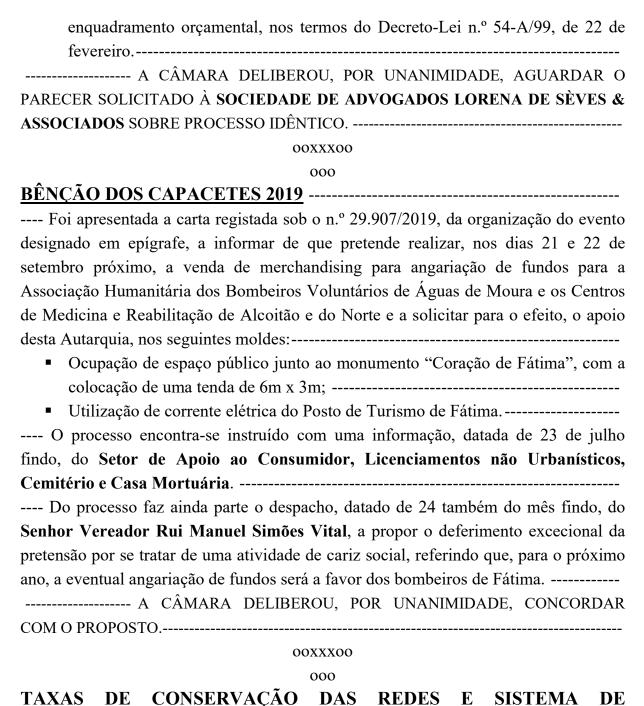
000

PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO -----

- ---- O processo encontra-se instruído com a seguintes informações: ------

 - Datada de 23 de julho findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que a despesa emergente de eventual devolução, dispõe de adequado

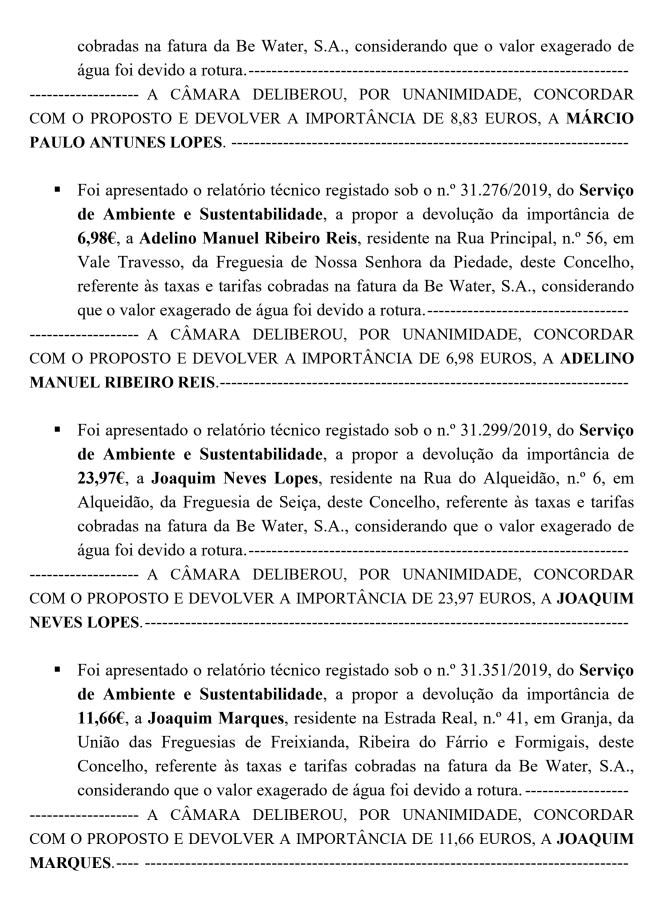


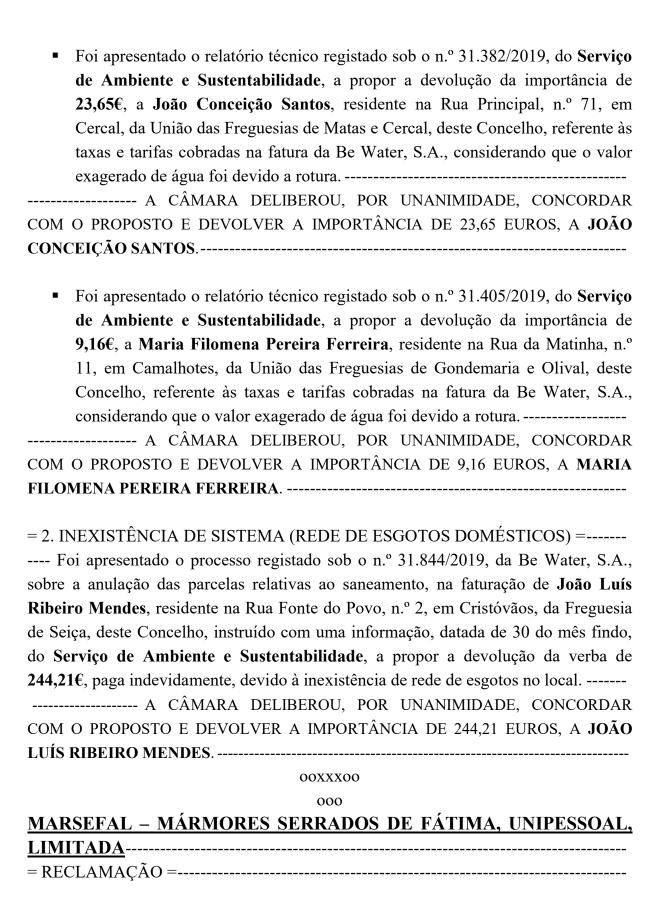


SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --

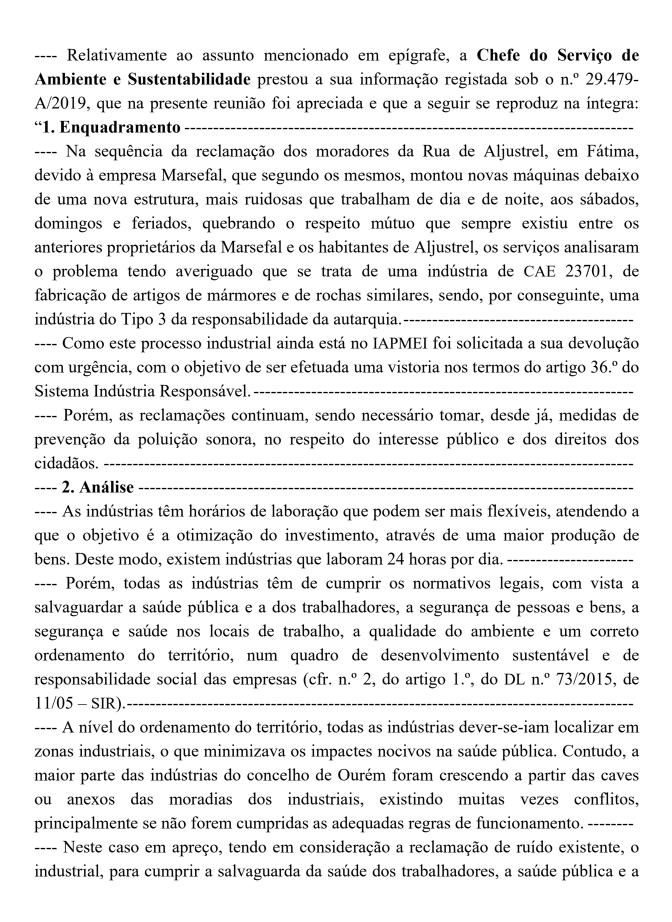
- = 1. DEVOLUÇÃO DE VERBA, POR MOTIVO DE ROTURA = ------
 - Foi apresentado o relatório técnico registado sob o n.º 27.616-A/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 8,83€, a Márcio Paulo Antunes Lopes, residente na Rua de Cimo de Igreja, n.º 70, da Freguesia de Espite, deste Concelho, referente às taxas e tarifas











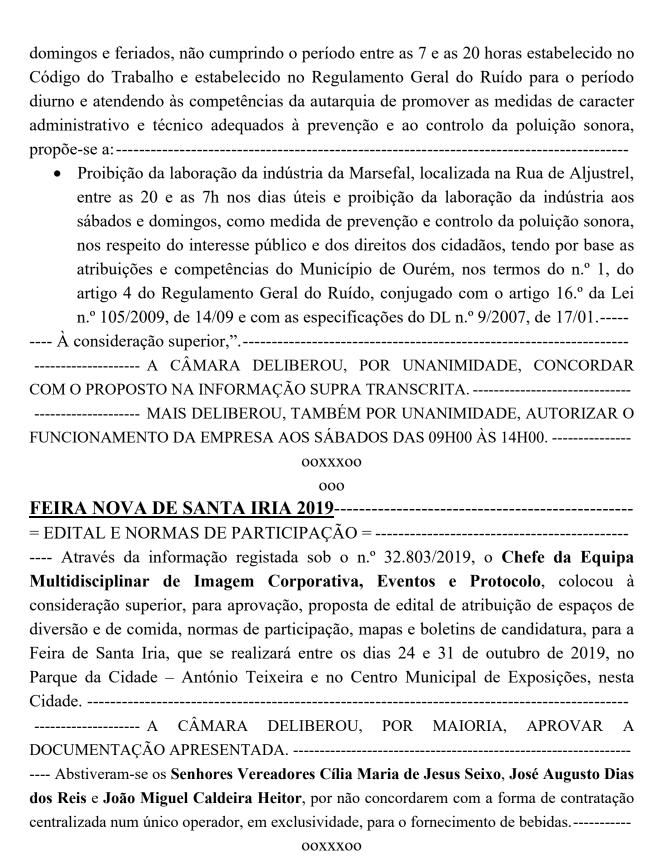


qualidade do ambiente, tem de cumprir o Código do Trabalho e o Regulamento Geral

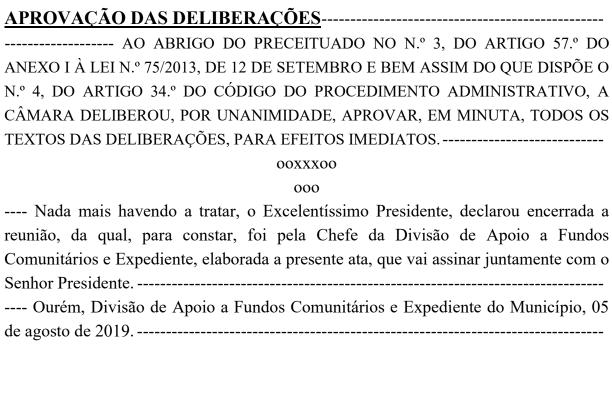
do Ruído.--------- 2.1 Código do Trabalho ---------- O período de funcionamento das indústrias relacionado com as condições de trabalho dos funcionários, por isso é regido pelo Código do Trabalho, da jurisdição da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). --------- De acordo com o Regulamento publicado na Lei n.º 105/2009, de 14/09, e uma vez que não existem novas disposições sobre o horário das indústrias, nos termos do artigo 16.º, o período de laboração é o compreendido entre as 7 e as 20 horas, podendo o membro do Governo responsável pela área laboral, ouvidas as entidades públicas competentes, autorizar períodos de laboração do estabelecimento com amplitude superior à definida no número anterior, por motivos económicos e tecnológicos. Para este efeito, o empregador deve apresentar ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral (ACT), a quem compete a direção da instrução do processo, requerimento devidamente fundamentado, constituindo contraordenação grave a violação do disposto neste artigo. --------- 2.2 Regulamento Geral do Ruído---------- O Regulamento Geral do Ruído foi publicado pelo DL n.º 9/2007, de 17/01 e aplica-se às atividades ruidosas permanentes ou temporárias suscetíveis de causar incomodidade, designadamente, entre outros: laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. --------- As indústrias são atividades ruidosas permanentes, pois são atividades desenvolvidas com carácter permanente, que produzem ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído. --------- Compete às autarquias locais, entre outros, no quadro das suas atribuições e competências promover as medidas de caracter administrativo e técnico adequados à prevenção e ao controlo da poluição sonora, nos limites da lei e no respeito do interesse público e dos direitos dos cidadãos (cfr. n.º1, do artigo 4).--------- De acordo com o artigo 13.º, a instalação e o exercício de atividades ruidosas permanentes na proximidade dos recetores sensíveis isolados estão sujeitos: ----a) Ao cumprimento dos valores limite fixados no artigo 11.°; -----b) Ao cumprimento do critério de incomodidade, diferença entre a atividade em funcionamento e a atividade parada, que não pode exceder 5 dB(A) no período diurno, 4 dB(A) no período do entardecer e3 dB(A) no período noturno. -----

---- O intervalo de tempo, a que se refere um indicador de ruído, denomina-se período de referência, existindo três períodos de referência, de acordo com a alínea p), do artigo 3.°:----i. Período diurno — das 7 às 20 horas; ----ii. Período do entardecer — das 20 às 23 horas; -----iii. Período noturno — das 23 às 7 horas. --------- De acordo com o artigo 13.º, no âmbito da avaliação de impacte ambiental, os impactes causados pelo ruido são analisados tendo por base o período de funcionamento da atividade que o explorador declara no processo. Porém, neste caso, a indústria não está sujeita a avaliação de impacte ambiental. Deste modo, a verificação do cumprimento do disposto dos valores limite é da competência da entidade coordenadora (EC) do licenciamento e é efetuada no âmbito do respetivo procedimento de licenciamento, autorização de instalação ou de alteração de atividades ruidosas permanentes, devendo o interessado deve apresentar à EC do licenciamento uma avaliação acústica. ---------- 3. Conclusão ---------- Os moradores da Rua de Aljustrel, em Fátima, reclamam o funcionamento da empresa Marsefal, que segundo os mesmos, montou novas máquinas debaixo de uma nova estrutura, mais ruidosas que trabalham de dia e de noite, aos sábados, domingos e feriados. --------- Nos serviços municipais existe um auto de embargo das obras de ampliação da indústria e um processo de regularização dessas obras. No âmbito do licenciamento das obras da indústria, o industrial deve apresentar vários estudos e documentos, entre os quais uma avaliação acústica. Porém, o licenciamento ainda não chegou à fase das especialidades, nem os serviços possuem o processo de laboração, que já foi solicitado ao IPAMEI. Assim sendo, os serviços municipais não possuem nenhuma avaliação acústica que englobe a ampliação.--------- De acordo com o Código do Trabalho, o período de laboração é o compreendido entre as 7 e as 20 horas. Nos temos do Regulamento Geral do Ruído, o período diurno é compreendido entre as 7 e as 20 horas. --------- Tal como foi referido, compete às autarquias locais, entre outros, no quadro das suas atribuições e competências promover as medidas de caracter administrativo e técnico adequados à prevenção e ao controlo da poluição sonora, nos limites da lei e no respeito do interesse público e dos direitos dos cidadãos.--------- Assim sendo, uma vez que o industrial procedeu à ampliação da atividade industrial, laborando, de acordo com os moradores, de dia e de noite, aos sábados,









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 05/08/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 29 de julho de 2019;
- = Deslocação a Ourém do Pará Brasil Relatório de visita registado sob o 32.933/2019, do Senhor Presidente.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização Carta registada sob o n.º 32.452/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Hélder Henriques das Neves;
- = Plano Prévio de Intervenção Ativação dos Meios de Socorro no Concelho de Ourém Informação registada sob o n.º 33.125/2019, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Vitiourém Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém Proposta de protocolo
- Processo registado sob o n.º 15.704/2019, da associação, instruído com uma informação, datada de 24 de julho, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Constituição de Fundos Fixos de Caixa 2019 Informação registada sob o n.º 32.527/2019, do Chefe da DGF;
- = Proposta de adenda ao protocolo celebrado com a Casota Comunitária Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém Comunicação interna registada sob o n.º 25.293/2019, do Senhor Presidente;
- = Alteração do Regulamento Municipal e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém Informação registada sob o n.º 32.600/2019, do Chefe da DGF.

2.1. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P017/2019 Construção do Centro Escolar de Carvoeira Freguesia de Caxarias Plano de Segurança e Saúde Carta registada sob o n.º 28.155/2019, da firma Canas Engenharia e Construção, S.A.;
- = P068/2019 Reabilitação da rede viária do Concelho Rua Principal Alveijar Freguesia de Atouguia Relatório Final registado sob o n.º 35.866-A/2019, do Júri, instruído com uma informação datada de 30 de julho, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);



- = P077/2019 Aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros com nove lugares e retoma da viatura BMW série 525D (2002) Relatório Final registado sob o n.º 46.393-A/2018, do Júri, instruído com uma informação datada de 26 de julho, do SCPA;
- = Arrendamento do bar das Piscinas Municipais de Ourém Relatório Final registado sob o n.º 29.559/2019, do Júri.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Pedidos de cedência de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 17.634/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a remeter pedido de António Manuel de Freitas Costa;
 - 2. Ofício registado sob o n.º 5194/2019, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Jorge Manuel dos Reis Sousa;
 - 3. Ofício registado sob o n.º 5206/2019, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido da União Desportiva e Cultural de Alqueidão;
 - 4. Oficio registado sob o n.º 5210/2019, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Maria de Fátima dos Reis Oliveira;
 - 5. Carta registada sob o n.º 15.746/2019, da Freguesia de Espite, a remeter pedido de Saúl da Silva Torcato;
 - 6. Carta registada sob o n.º 18.521/2019, da Freguesia de Fátima, a remeter pedido de Rita Sofia Pinheiro dos Santos;
 - 7. Ofício registado sob o n.º 21.430/2019, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Pedro Alexandre Vieira Rito.

4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 267/2017, de João de Sousa Gomes;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 1466/2019, da firma GREYFOLDER Sociedade Imobiliária, Limitada;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 1470/2019, da firma GREYFOLDER Sociedade Imobiliária, Limitada;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 677/2019, de Mário Marto das Neves;
 - 5. Processo registado sob o n.º 220/2018, de Yves Lopes de Oliveira e Liliana Rodrigues Lopes;
- = Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Cidade de Ourém Informação registada sob o n.º 32.891/2019, da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território.

5. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Capela de São Sebastião - Freguesia de Atouguia - Ourém - Relatório de inspeção e diagnóstico registado sob o n.º 32.048-A/2019, da firma GEPECTROFA - Gabinete de Estudos e Projetos de Engenharia Civil da Trofa, Limitada.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo Relatório registado sob o n.º 31.222/2019, do centro local;
- = Pedido de apoio à natalidade e à infância Informação registada sob o n.º 32.742/2019, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEAS);
- = Clube de Voluntariado Jovem 2019 Relatório de Atividade registado sob o n.º 11.378-A/2019;
- = Protocolo de cooperação celebrado com Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Informação registada sob o n.º 32.741/2019, da DEASS.



7. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

7.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 29.178/2019, de Manuel de Oliveira Antunes, sobre prédio sito em Perdigão – União das Freguesias de Matas e Cercal.

8. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Revisão do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público Processo registado sob o n.º 16.028/2018;
- = Pedido de ocupação de espaço público Carta registada sob o n.º 21.475/2019, da Fábrica da Igreja Paroquial de Rio de Couros;
- = Bênção dos Capacetes 2019 Carta registada sob o n.º 29.907/2019, da organização do evento.

9. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Relatório técnico registado sob o n.º 27.616-A/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - Relatório técnico registado sob o n.º 31.276/2019, do SAS;
 - Relatório técnico registado sob o n.º 31.299/2019, do SAS;
 - Relatório técnico registado sob o n.º 31.351/2019, do SAS;
 - Relatório técnico registado sob o n.º 31.382/2019, do SAS;
 - Relatório técnico registado sob o n.º 31.405/2019, do SAS;
 - Inexistência do sistema (Rede de esgotos domésticos) Processo registado sob o n.º 31.844/2019, da Be Water, S.A., instruído com uma informação, datada de 30 de julho, do SAS;
- = Marsefal Mármores Serrados de Fátima, Unipessoal, Limitada Reclamação Informação registada sob o n.º 29.479-A/2019, da Chefe do SAS.

10. EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE IMAGEM CORPORATIVA, EVENTOS E PROTOCOLO

= Feira de Santa Iria 2019 – Informação registada sob o n.º 32.803/2019, do Chefe da Equipa Multidisciplinar de Imagem Corporativa, Eventos e Protocolo.

Câmara Municipal de Ourém, 31 de julho de 2019 O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 29-07-2019 a 02-08-2019

Processo nº	Requerente	Local
121/2018	Adelino Marques das Neves	Amieira, n.º 23 – Freguesia de Urqueira
298/2015	Albino Fernandes Lopes e Maria de Jesus Simões Lopes	Rua do Mercado, n.º 13 – Carvoeira – Freguesia de Caxarias
94/2018	Eduardo Marques & Rosa, Lda.	Estrada de Minde, n.º 482 – Freguesia de Fátima
8/2019	José de Sousa Henriques	Rua Principal, n.º 93 – Freguesia de Urqueira
43/2016	Odília Maria dos Santos Gonçalves Formiga	Rua do Lugar de Baixo – Boleiros - Freguesia de Fátima

Ourém 05 de agosto de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 30/07/2019 a 05/08/2019

•	Requerente	Tipo de Licenciamento
32711	ACRA	Licença Especial de Ruído
30696	Fábrica da Igreja Paroquial de NS Misericórdias	Uso de vias públicas
32738	Fábrica da Igreja Paroquial de NS Misericórdias	Licença Especial de Ruído
28583	GRUDER	Uso de vias públicas
32841	CCRO	Licença Especial de Ruído
33244	CCRO	Uso de vias públicas
31579	Henrique dos Reis Marques	Uso de vias públicas
20804	Transelegant	Táxi – averbamento de veículo
25311	Nelson, Charneca & Loreno	Táxi – averbamento de veículo
32483	Comissão de Festas do Jambujal	Publicidade
32899	Joaquim C. O. Quinta	Táxi – Averbamento de viatura
27259	FP Ciclismo	Uso de vias públicas
30987	UF Matas e Cercal	Uso de vias públicas
29492	Alunos de Medicina da FMUC	Ocupação de espaço público
33657	FIP NS Misericórdias	Uso de vias públicas
29477	Luís Marques de Sousa	Inspeção periódica de elevador
33738	Fábrica da Igreja Paroquial de Caxarias	Licença Especial de Ruído
28751	Centro social da Ribeira do Fárrio	Inspeção de Elevadores
33775	Vasco Filipe Perfeito	Inspeção periódica de elevador
33727	Vasco Filipe Perfeito	Inspeção periódica de elevador
27331	Fábrica da Igreja Paroquial de Caxarias	Uso de vias Públicas



Ourém, 05 de agosto de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

P'lo Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A VITIOURÉM – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA VITIVINICULTURA DE OURÉM – "DIVERSAS ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2019 E 2020"

Considerando que:

- a prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza económica e socialmente relevantes, constitui um auxiliar inestimável na promoção do maior desenvolvimento dos Municípios;
- os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- A promoção dos produtos locais, enquanto valorização do território e das suas gentes, constitui-se como primordial quer na preservação da identidade do concelho quer dinamização do tecido empresarial local.
- 4. A Vitiourém pretende criar uma Confraria do Medieval de Ourém tendo como principal objetivo o estudo, promoção, valorização e defesa do Vinho Medieval de Ourém:
- A entidade referida no número anterior, pretende ainda constituir uma Câmara de Provadores, ou seja, um grupo técnico acreditado que emitirá pareceres sobre vinhos;
- Será fundamental dinamizar a realização de um documentário sobre o Vinho Medieval de Ourém, a convite da RTP1, enquanto ação de preservação e dinamização deste produto local.
- 7. As receitas próprias da Vitiourém são insuficientes para a prossecução dos seus objetivos.
- 8. O Município de Ourém e Vitiourém mantêm uma parceria ativa para a promoção e desenvolvimento económico no concelho de Ourém.

F1.54 05/08/2019 Anexo IV



Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Vitiourém – Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém, pessoa coletiva com o NIPC 505 115 980, com sede na rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 48, 2º Esquerdo, na cidade de Ourém, representada neste ato por António Manuel Vieira Lopes e Luís Manuel Gonçalves de Sousa na qualidade de Presidente da Direção e Secretário, respetivamente, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar 50% dos encargos decorrentes das seguintes atividades a promover:

- a. Criação da Confraria do Medieval de Ourém;
- b. Criação da Câmara de Provadores;
- c. Documentário sobre o Vinho Medieval de Ourém.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

 O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 7.900,00 euros (Sete Mil e Novecentos Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.



- 2. O montante do apoio corresponde a 50% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito das atividades a desenvolver elencadas na cláusula 1.ª.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 50% da despesa realizado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 3.950,00 euros (Três Mil, Novecentos e Cinquenta Euros) em setembro de 2019.
 - b. 3.950 euros (Três Mil, Novecentos e Cinquenta Euros), em fevereiro de 2020.
- O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. O pagamento da última prestação está condicionado à apresentação de relatório final com cópia documental comprovativa das despesas e das receitas inerentes à atividade objeto de financiamento, cingindo o pagamento ao valor líquido resultante da diferença entre as receitas e as despesas realizadas.

4.	O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da
	Vitiourém - Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém, com o número de
	identificação bancária da entidade bancária
	, conforme consta em Anexo – I, a qual faz
	parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

 a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;



- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas e das receitas obtidas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Remeter relatório da atividade desenvolvida com demonstração documental das despesas ocorridas e das receitas obtidas;
- e) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- f) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- g) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- h) Inserir o logotipo do Município de Ourém no âmbito das atividades objeto de apoio.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita



observância à racionalidade das necessidades demonstradas e ao estabelecido na cláusula 5.ª do presente protocolo, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, nas atividades a desenvolver, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 8.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 9.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 11.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 12.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 143ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O procento Protocolo do Colaboração comproendo 7 folhas à	ne quais so juntam
O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas à folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos	

folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.



Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um d	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	António Manuel Vieira Lopes
	Luís Manuel Gonçalves de Sousa